

Cartas "amarram" refinanciamento de 84

por Sônia Jourdan
de São Paulo

Com a experiência acumulada na primeira fase da negociação da dívida externa, os bancos credores conseguiram o que era dado como impossível no ano passado: deram forma aos projetos 3 e 4. Chamadas a manter no nível de 30 de junho de 1983 os financiamentos para operações comerciais e os depósitos feitos em agências de bancos brasileiros no exterior, as instituições envolvidas nos dois projetos optaram por colocar no papel aquilo que, no ano passado, foi prometido na base de um "acordo de cavalheiros" e

que acabou não dando certo. Essa formalização foi feita através de duas cartas de compromisso — comercial e interbancário —, que vinculam entre si todos os projetos da programação externa brasileira para 1984, estabelecendo normas e condições para o uso dos recursos que os bancos devem colocar por um ano à disposição de tomadores brasileiros.

As cartas, aparentemente, foram concebidas a partir de duas preocupações básicas: impedir que linhas de crédito de curto prazo sejam utilizadas para operações financeiras de longo prazo e resguardar os bancos que mantêm

essas linhas de crédito de possíveis atrasos no pagamento de juros, como aconteceu em 1983. Isso foi feito pela "amarração" dos projetos, fazendo com que o bom andamento das linhas de crédito para comércio e operação no interbancário dependa diretamente do desembolso das parcelas do empréstimo "jumbo" de US\$ 6,5 bilhões e dos depósitos, em contas abertas em nome dos credores no Banco Central, dos valores correspondentes às amortizações que vencem neste ano.

GARANTIA

E se as condições podem parecer demasiadamente duras, é preciso reconhe-

cer que embutem a garantia de que os projetos 3 e 4 não passarão pelos percalços enfrentados no ano passado, principalmente o interbancário. Os problemas nas agências de bancos brasileiros no exterior começaram em setembro de 82, o chamado "setembro negro", com dificuldades para cobrir posições na câmara de compensações em Nova York.

Naquela época, os bancos estrangeiros haviam começado a demonstrar, na prática, sua preocupação com o tamanho da dívida brasileira, e o fizeram não renovando seus depósitos na mesma proporção que vinham obedecendo

até então. Na verdade, algumas dessas agências — de acordo com declarações de representantes de bancos credores apressaram esta retirada porque usavam depósitos de curto prazo, pelos quais pagavam juros mais baratos, para aplicar em empréstimos de longo prazo, redondo juros mais altos.

Em novembro daquele ano, também em Nova York, as autoridades brasileiras apresentaram o programa da fase 1 de renegociação da dívida, que deveria cobrir as necessidades brasileiras de recursos para 83 e, para as operações no interbancário, previa a recomposição dos depósi-

tos de bancos estrangeiros em filiais de instituições brasileiras nos mesmos níveis de 30 de junho de 82, ou seja, US\$ 10,3 bilhões, aproximadamente.

Este foi o mais problemático de todos os itens da fase 1, que, envolvido por questões técnicas, não conseguiu reunir compromissos além de US\$ 7 bilhões e, na prática, se sustentou na margem crítica de US\$ 5,3 bilhões e pouco mais de US\$ 6 bilhões. Para 84, as cartas de compromisso pelo menos representam a possibilidade de um certo equilíbrio, na medida em que garantem que os depósitos ficarão em US\$ 6 bilhões.